

Administração Pública Local: Perspectivas de Desenvolvimento no âmbito da Sociedade de Informação

APDSI
27 Janeiro 2009

Cidades e Regiões Digitais: Velhos e Novos Desafios

Maria João Simões
mariajoaosimoes@sapo.pt



Objectivo da comunicação

- Apresentar os principais resultados do projecto de investigação “Dos projectos às regiões digitais: que desafios?” (projecto financiado pelo POS_C), destacando o papel crucial da administração pública local
- Autores do estudo já publicado:
 - ⇒ Maria João Simões (coordenadora)
 - ⇒ Domingos Santos, Jan Wolf, Manuel Oliveira, Ricardo Campos

Agenda

1- Objectivos da investigação

2 – Quadro teórico e metodologia

3 - Forças e fraquezas

4 – Recomendações

5 - Reflexões finais

1 - Objectivos da investigação

- (Re)pensar o modelo, as metodologias e os projectos que deram origem às cidades e regiões digitais (CRD)
- Analisar os factores sociais e institucionais assim como tecnológicos que contribuíram para diferentes resultados nas CRD
- Traçar recomendações que possam reforçar um desenvolvimento baseado no conhecimento nessas cidades e regiões
- Aprofundar o conhecimento sobre a sociedade do conhecimento

2 - Quadro teórico e metodologia

- **Quadro teórico**
- Condicionamento recíproco entre sociedade e tecnologia
- Teoria da sociedade em rede
- Teorias dos sistemas regionais de inovação
- Teorias da governação
- Conceito abrangente e compreensivo de cidade e região do conhecimento

- **Metodologia**
- Metodologia qualitativa e comparativa
- Quatro estudos de caso
- Identificadas dimensões de análise para comparar CRD
- Técnicas: entrevistas exploratórias e semi-directivas, análise documental e de sites
- Triangulação

3.1 - Forças

- A colocação da problemática da sociedade do conhecimento na agenda política local/regional
- O esforço de infra-estruturação dos territórios
- A significativa cobertura das regiões com postos públicos que permitem o acesso físico às TIC
- O mapeamento de recursos institucionais existentes e passos conducentes ao fomento do diálogo inter-actores
- A emergência de lideranças com estratégia e capacidade de arrastamento
- Projectos de CRD passíveis de transferibilidade e aprendizagem social
- Os ganhos de escala conseguidos com a nova geração de projectos que passaram maioritariamente a ser de abrangência regional
- Os avanços conseguidos em alguns segmentos do governo electrónico
- A modernização tecnológica das autarquias
- A indução da procura de competências especializadas na área das TIC por parte das CM, AM e outras entidades promotoras

3.2 - Fraquezas

- A dificuldade de passagem do (*e*)government para (*e*)governance.
- Défice de conhecimento teórico sobre a sociedade do conhecimento
- Défice de reflexão estratégica
- As abordagens tecnocêntricas e auto-centramento dos projectos
- A verticalização/sectorialização das intervenções
- O défice de cultura relacional e de dinâmicas colectivas de aprendizagem
- Défices de modernização organizacional nas autarquias e a ausência de indicadores de *back office* e de procura de informação e de serviços
- A escassez de projectos que atenuem ou contribuam para não aprofundar formas de info-exclusão pós-acesso físico às TIC
- A pouco expressiva orientação dos projectos para a esfera empresarial, científica e sócio-cultural.
- O défice em matéria de formação de recursos humanos especializados
- A escassez de uma cultura de avaliação nas regiões
- Dificuldades na sustentabilidade de diversos projectos
- A excessiva municipalização dos projectos
- A instabilidade associada a querelas partidárias e localistas

4.1 - Recomendações: aspectos prévios

- Reconfiguração das dimensões iniciais das CRD (acessibilidades, governo electrónico, dinamização regional e infra-estruturas) para as seguintes:

acessibilidades, governo electrónico, competitividade territorial e sistema regional de informação;

- Introdução de uma nova dimensão: **a governação**
- A **dinamização regional para a sociedade do conhecimento** deverá passar a ser o principal objectivo dos projectos
- Face aos objectivos do estudo, apresentam-se também recomendações sobre a concepção, aprovação e implementação dos projectos

4.2 - Da concepção à implementação dos projectos: recomendações

- Enquadramento no domínio da “sociedade do conhecimento” e numa lógica de “projectos integrados”
- *Up-grading* significativo nos projectos, que reflecta uma passagem:
 - ⇒ do paradigma da sociedade da informação para o da sociedade do conhecimento;
 - ⇒ de actuações sem sentido estratégico e de curto prazo para intervenções de natureza estrutural;
 - ⇒ de uma intervenção sectorial para um modelo de natureza territorial;
 - ⇒ de uma intervenção vertical para uma abordagem transversal;
 - ⇒ de uma intervenção tecnocêntrica para uma abordagem sócio-organizacional;
 - ⇒ da gestão tecnológica para a gestão do conhecimento centrada na promoção da cidadania e da competitividade;
 - ⇒ da subestimação dos mecanismos de reflexão e acompanhamento para a necessidade de criar mecanismos *on-going* de avaliação, análise estratégica e prospectiva.

4.2 - Da concepção à implementação dos projectos: recomendações (cont.)

- Contemplar nos processos de monitorização e avaliação não apenas indicadores de *input*, mas também de processo, de *output* e de impacte
- Maior selectividade na aprovação das candidaturas com base na sua coerência e requisitos científicos e em pré-candidatura com diagnóstico que (i) seja adequado aos objectivos a que se propõe o projecto, (ii) evidencie qual é o “patamar” da região, no caminho para a sociedade do conhecimento, (iii) indique quais as competências mobilizáveis e os contributos operativos dos diferentes actores sociais e empresariais
- Nas candidaturas deverá ser inequívoca a contribuição para o reforço da cultura digital e das competências dos portugueses na utilização das TIC
- Contemplar meios que permitam investigação sistemática de elevado nível (nas diversas áreas de especialização), sobre processo de transição para a sociedade do conhecimento, bem como fóruns de análise e debate entre o meio académico e o universo institucional e empresarial

Governança: recomendações

- Passagem do paradigma do *(e)government* para o da *(e)governance*
- Lideranças capazes de mobilização, apropriação e responsabilização dos actores implicados e de se posicionarem acima das querelas partidárias e localistas
- Mecanismos que aprofundem a capacidade de reflexão estratégica
- Maior articulação, em cada território, das políticas orientadas para a SC com as políticas industrial, das cidades, de inovação e de investigação científica e tecnológica, entre outras
- Parcerias com participação de um conjunto mais abrangente representativo (funcional e territorialmente) dos actores do sistema de governação territorial
- Estimular atitudes de cooperação e diálogo inter-institucional, sustentados em sub-projectos transversais, condição para a não existência de intervenções fragmentadas
- Aposta, de um modo intensivo e extensivo, na dinamização cultural

Acessibilidades: recomendações

- Inclusão, nos projectos, de actividades/sub-projectos que mobilizem os públicos mais excluídos para o acesso físico às TIC
- Desenvolvimento de actividades que minimizem desigualdades que possam vir a ser aprofundadas no campo das competências para o acesso às TIC e da utilização de aplicações
- É necessário repensar os projectos no sentido destes incluírem actividades/sub-projectos que induzam a **usos qualificados** das TIC, o que remete para significativas e efectivas articulações entre os actores regionais.

Governo electrónico: recomendações

- A informação dos sítios das CM deve adequar-se mais às necessidades dos utilizadores, sendo também necessário dar respostas diferenciadas em função das especificidades dos destinatários: cidadãos, empresas, tecido associativo, etc.
- Importa desenvolver mecanismos que estimulem e permitam a participação dos cidadãos na causa pública
- Apostar na maturidade dos serviços on-line, nomeadamente em serviços bidireccionais e transaccionais
- Para uma mais adequada avaliação do governo electrónico definir e utilizar indicadores de “*back-office*” assim como indicadores de procura
- A modernização tecnológica das CM deve ser acompanhada por e integrada em processos de modernização organizacional, fazendo com que ambas respondam às necessidades específicas de cada município
- No campo da modernização administrativa deve “virar-se a página” para projectos cujos resultados evidenciem formação básica, média e sobretudo avançada dos efectivos das CM
- Para uma efectiva endogeneização das competências nas CRD, dotar as CM de uma maior quantidade de recursos humanos especializados em TIC

Competitividade territorial: recomendações

- Alargar mais as parcerias estratégicas à esfera empresarial, no sentido de enriquecer o conteúdo económico dos projectos, ajustando-os melhor às dinâmicas da procura, e mobilizar actores de referência para os novos desafios da competitividade
- Aprofundar a produção da inovação, designadamente por via da criação de mecanismos de *networking* entre *players* empresariais, tecnológicos e académicos, numa lógica de activação e dinamização de *clusters* de base regional e de fomento do empreendedorismo de base tecnológica
- Criar mecanismos de extensificação tendo em vista a necessidade de activar e estimular procuras latentes em matéria de *upgrading* tecnológico e organizacional
- Este é um desafio a que urge ajustar os diferentes instrumentos, sob pena de manifestarem “curto-circuitos” na disseminação e, sobretudo, na apropriação e internalização de *inputs* digitais de inovação.

Sistema de informação: recomendações

- Portais regionais e locais menos assentes na oferta e mais na procura, exprimindo as necessidades de informação e de serviços e as especificidades dos diferentes públicos-alvo
- Portais regionais que reflectam visão regional, estratégia e especificidades da região, que sejam atractivos, mobilizadores, que fomentem a interactividade e não sejam apenas uma “soma” dos sítios das CM e de outros parceiros
- Garantir a internalização das competências em matéria de TIC, na sua vertente mais tecnológica, que pode ser ameaçada nos casos de excessiva subcontratação
- Sistema de informação assente numa estratégia multicanal reveladora da utilização diversificada de canais de comunicação compatíveis com as práticas quotidianas
- Valorizar a reutilização e aproveitamento de infra-estruturas existentes
- Elevar o patamar de integração entre as diferentes entidades, de modo a permitir pontos de acesso único para o utilizador; o que implica passar-se para uma noção ampla de interoperabilidade

Reflexões finais

- TIC não prescrevem desenvolvimento baseado no conhecimento, nesse sentido sugere-se a designação: cidades e regiões do conhecimento
- O termo digital decorre de perspectiva tecnologicamente determinista que conduz a uma intervenção muito centrada na infra-estruturação e que subvaloriza aspectos intangíveis
- Na sociedade em rede, posição que cidades e regiões ocupam à escala global dependem dos atributos das suas redes (nós, laços e fluxos)
- Os nós (actores sociais, em particular os colectivos) são o elemento decisivo das redes e são os que podem, num processo complexo e difícil, tornar as regiões vencedoras ou perdedoras, dependendo da sua capacidade institucional e da qualidade dos laços e fluxos que sejam capazes de formular e implementar
- Administração pública local tem uma papel crucial
- Experiências nacionais e internacionais bem sucedidas devem-se a aposta forte em aspectos sociais e institucionais.
- Há défice de investigação socioeconómica